



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

***PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E
CESSÃO DE SERVIDORES QUE CELEBRAM
ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO CEARÁ E A JUSTIÇA FEDERAL
DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO.
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8517036-
87.2018.06.0000).***

AD1/CV Nº 01/2017

Pelo presente Instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Bairro Cambé, em Fortaleza, Ceará, inscrito no CNPJ(MF) sob o nº. 09.444.530/0001-01, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Francisco Gladysson Pontes, e a **UNIÃO**, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO**, com sede na Avenida Recife, nº 6250, Jiquiá, em Recife/PE, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 05.441.804/0001-40, representada neste ato pelo Exmo. Sr. Diretor do Foro, Dr. Frederico José Pinto de Azevedo, resolvem celebrar TERMO ADITIVO ao Convênio firmado em 03.04.2017, atendidas as cláusulas e condições adiante enunciadas.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se o presente Instrumento:

- a) na manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas, despacho acostado à fl. 15, proferido no processo acima epigraçado;
- b) nas disposições contidas no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, com as suas posteriores atualizações;
- c) no Parecer da Consultoria Jurídica da Presidência, datado de 14/11/2018, devidamente aprovado pelo Exmo. Sr. Des. Presidente do TJCE.

Cláusula Segunda – Do Objeto

Constitui objeto do presente Termo prorrogar por 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 01.02.2019, o prazo do presente Convênio que tem por ***objeto a cooperação técnica e/ou***



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

administrativa, concernente à cessão recíproca de servidores entre os partícipes, na forma prevista neste Instrumento, respeitada a legislação vigente.

Cláusula Segunda – Da Ratificação

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo original que não colidirem com as ajustadas no presente Instrumento.

E, por acharem os partícipes de perfeito acordo com as condições e cláusulas sobreditas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza/CE, 19 de DEZEMBRO de 2018.



**Desembargador FRANCISCO GLADYSON PONTES
PRESIDENTE DO TJCE**



**Dr. FREDERICO JOSÉ PINTO DE AZEVEDO
JUIZ DIRETOR DO FORO**

TESTEMUNHAS: _____